

O MPA e as Energias Renováveis

Proposta em estudo e debate nas coordenações Estaduais e Municipais do Movimento dos Pequenos Agricultores

Em reunião de sua direção nacional, nos dias 05 a 07 de junho de 2007, o MPA definiu orientar sua militância no debate e na produção de energias renováveis, entre elas as agroenergias, tendo como base os seguintes elementos:

I - Principais contradições e polêmicas que envolvem o debate e as estratégias de produção de agroenergia.

1) Competição energia x alimento:

Uma das grandes contradições e polêmicas sobre o tema dos agrocombustíveis é a competição entre a produção de energia e a produção de alimentos. O sistema de produção de agro combustível proposto pelas elites, de fato, provocará esta competição e quem perderá é a produção de alimentos. Porém, é possível organizar sistemas produtivos que conciliem a produção de energia e a produção de alimentos, seja produzindo oleaginosas em sistemas agroflorestais, seja utilizando a torta de oleaginosas como adubo ou como alimentação animal, enriquecendo assim as cadeias produtivas de carnes e leite, entre outras tantas possíveis. Nos sistemas agroflorestais, podemos implantar culturas arbóreas, arbustivas, lenhosas, consorciadas com culturas anuais, criações de abelhas entre outras. Sistemas combinados podem ser implementados tanto na produção de óleos vegetais, de etanol e de energia elétrica, sem prejudicar, até aumentando, a produção de alimentos em sistemas camponeses de produção diversificados. Somos, portanto, contra o modelo proposto pelas elites, não contra a produção de agrocombustíveis.

2) Sistema Industrial Implantado:

Os sistemas industriais implantados ou planejados são centralizados, controlados por grandes grupos econômicos, cujo cultivo se dá em grandes propriedades ligadas à Indústria. Quando o sistema produtivo envolve os pequenos agricultores, é através do sistema de integração às indústrias, ficando o camponês como simples produtor de matéria prima que agregará valor nas mãos dos capitalistas que controlam o processo industrial.

Defendemos a organização de sistemas cooperativados e descentralizados de industrialização, sob controle camponês.

3) Materias Primas:

O projeto das elites para a produção de agrocombustíveis se dá a partir de monoculturas, sejam elas: cana de açúcar, soja, canola, mamona, dendê, etc.

Defendemos um sistema de produção com base na diversificação da produção, seja através de sistemas agroflorestais ou pela utilização de diversas matérias primas, preferencialmente não-alimentares, em sistemas de consórcio com cultivos alimentares..

4) Sustentabilidade ambiental:

O sistema de produção de etanol e do biodiesel no modelo proposto pelos capitalistas gera problemas ambientais de grandes dimensões e graves proporções, através dos monocultivos, das queimadas dos canaviais, do acúmulo do vinhoto na indústria, do uso indiscriminado dos venenos, da destruição dos biomas e eco-sistemas naturais. O modelo implantado e proposto pelo agronegócio para produzir energia não é limpo, é sujo e ambientalmente indefensável.

Defendemos um sistema descentralizado para a produção do etanol, através de micro destilarias em torno de colunas retificadoras, de modo a diminuir a concentração de vinhoto e diluir os impactos ambientais facilitando a absorção pela natureza, mantendo a palhada e o bagaço na roça através de moendas móveis e limitando o espaço para produção de cana, impedindo a consolidação de monocultivos. No caso do óleo vegetal, defendemos a utilização de oleaginosas perenes como é o caso do pinhão manso, do tungue, da macaúba, do dendê e outras que podem ser produzidos em sistemas agroflorestais, bem como a utilização de uma ampla gama de cultivos anuais cujo excedente pode ser utilizado para fins energéticos.

5) Balanço de Carbono:

Os sistemas produtivos do agronegócio, tanto de cana-de-açúcar como monoculturas oleaginosas, na maioria dos casos, tem balanço de carbono negativo. Balanço de carbono é a comparação entre a quantidade de carbono recuperada pela cultura e a quantidade de carbono liberada na produção e na combustão da energia líquida. Em outras palavras, quando um sistema de produção de energia retira mais carbono do que produz, tem balanço positivo e quando emite mais carbono do que retira, tem balanço negativo, isto é, é poluidora. Os monocultivos energéticos do agronegócio poluem mais do que limpam o meio ambiente. Isto, principalmente, porque utilizam petróleo e seus derivados (insumos agrícolas) em toda a cadeia de produção, industrialização, transporte e distribuição. O caso do álcool de

milho dos Estados Unidos é o caso mais grave. O Etanol de cana-de-açúcar, produzido com mecanização pesada, transporte de cana em caule para as usinas e queimadas antes do corte, também é altamente poluidor e produz um balanço de carbono negativo.

A produção diversificada, com base na agroecologia e em sistemas agroflorestais, garante balanço de carbono positivo e limpa o meio ambiente, contribuindo para superar os problemas do aquecimento global e a crise do clima, diminuindo de fato o efeito estufa.

6) Balanço Energético:

É o comparativo entre a energia gasta para produzir uma determinada quantidade de energia e a quantidade de energia de fato produzida. Por exemplo: nas usinas de etanol do projeto das elites, a cana é produzida e transportada com combustível derivado do petróleo e o bagaço é queimado para gerar energia elétrica. Ao replantar a área ou adubar a soqueira, utiliza-se uréia, adubos químicos e venenos que são derivados ou dependentes do petróleo. Incluindo-se a energia gasta na produção, corte e transporte de toda a cana da lavoura até a usina, ver-se-á que este balanço energético não é satisfatório.

No sistema de produção de álcool em micro destilarias, o bagaço e a palha já ficam na lavoura, podendo servir de alimentação animal, melhorando a produção de carnes e leite, recuperando o solo, seja pela decomposição deste material, seja pelo esterco e urina deixado pelos animais no caso de pastoreio rotativo, evitando-se ou reduzindo a necessidade de utilização de uréia, um insumo agrícola de origem fóssil. Na proposta de produção em micro usinas, não se transporta cana a longas distâncias, podendo ser moída na roça através de moendas móveis, transporta-se apenas a garapa para a micro destilaria e apenas o álcool pré-pronto para a coluna retificadora com o objetivo de atingir as especificações exigidas por lei. Neste modelo alternativo que estamos propondo, desde o processo produtivo através da agroecologia, o sistema de transporte que reduz drasticamente o fluxo de massa, bem como o sistema industrial descentralizado, geram um balanço energético altamente positivo. Além do mais, gera distribuição de renda, cria postos de trabalho, aumenta a renda camponesa, promove o desenvolvimento nos pequenos e médios municípios e garante produção sustentável de alimentos saudáveis e variados.

7) Relações de Trabalho:

No sistema de produção de energia que está sendo imposto e implantado pelas elites, em especial de etanol, há uma super exploração do trabalho (trabalho degradante, semi-escravo e escravo) ou a substituição da mão de obra por máquinas. O setor emprega precariamente 500 mil pessoas. Há

uma tendência de se utilizar sistemas semelhantes para a colheita do Pinhão Manso, Dendê, Mamona e Tungue. Outra forma, também em implantação, é o sistema de produção integrado, no qual as famílias camponesas ficam vinculadas e dependentes de alguma empresa industrial, utilizam suas terras e a mão de obra familiar, correm os riscos próprios da produção primária e as indústrias controlam o processo de industrialização e comercialização e ficam com os lucros.

O que propomos está baseado nas formas camponesas de produção, onde o trabalho familiar e as formas cooperadas de produção e de industrialização formam a espinha dorsal do processo. A aplicação dos princípios da agroecologia, a utilização de sistemas agroflorestais, o uso de mecanização leve e adaptada à realidade, contempla o respeito à natureza, socializa a renda, constrói relações dignas de trabalho, reduz o trabalho penoso e degradante e fortalece estruturas econômicas cooperativadas e sob controle camponês.

8 – Estrutura Agrária:

O modelo proposto pelo agronegócio energético reforçará o latifúndio e a concentração da terra, com todas as suas tragédias sociais. Concentrará a produção em algumas regiões. Está abrindo um perigoso espaço para o surgimento de latifúndios multinacionais, vastas áreas agrícolas em mãos de estrangeiros, configurando um crime de alienação de território.

Defendemos a ampla distribuição das terras, inclusive das atuais usinas, para fins de reforma agrária. Estabeleceremos um combate sem tréguas contra o domínio de áreas rurais por estrangeiros. Defendemos a produção descentralizada de energia da biomassa em sistemas integrados e policultores de alimentos e energia, em todo o território nacional, com zoneamento agroecológico que respeite os biomas e os ecossistemas naturais, através de sistemas camponeses de produção e da multiplicidade de matérias primas.

Um novo modelo energético para o Brasil, de modo especial, com a introdução da agroenergia na matriz energética, só será justo e equilibrado se acompanhado de uma ampla e massiva reforma agrária.

II - O Que Propomos:

Defendemos a implantação de sistemas camponeses de produção integrada de alimento e energia, tendo como base os seguintes elementos básicos estruturantes:

- 1) Soberania alimentar: O Objetivo primeiro e central é a produção de alimentos saudáveis e variados através de sistemas diversificados de produção.

- 2) Soberania Energética: a produção de energia deve ser um sub-produto da produção de alimentos e ter como objetivo central a autonomia energética das comunidades camponesas, o atendimento das necessidades energéticas regionais e os possíveis excedentes para as necessidades nacionais.
- 3) Agroecologia: sistemas produtivos baseados na agroecologia, promovendo a transição de modelo tecnológico, superando a dependência dos insumos químicos.
- 4) Biodiversidade: promovendo e respeitando a biodiversidade existente, aumentando e resgatando a diversidade biológica do meio onde a mesma foi degradada.
- 5) Diversidade cultural: respeitando os valores, os costumes, as formas de vida e os sistemas culturais locais e suas expressões nas formas de trabalho, produção, culinária, música, ritos, religiosidade, etc.
- 6) Formação e capacitação: garantir processo sistemático e continuado de formação política e capacitação técnica e administrativa que dêem sentido estratégico e transformador na direção de um novo modelo de sociedade, que atenda aos interesses das classes trabalhadoras.
- 7) Estudar e garantir projetos com viabilidade ambiental, social, técnica e econômica.
- 8) Sistemas industriais descentralizados e sob controle de organizações econômicas camponesas.
- 9) Organizar a produção de alimentos e energia tendo como componente indispensável a implantação de sistemas agroflorestais e agrosilvipastoris.
- 10) Organizar, sempre que possível sistemas alimentar-energéticos completos, com produção de álcool, óleos vegetais, biodiesel, biogás e energia elétrica, juntamente com o armazenamento, beneficiamento e comercialização de alimentos.
- 11) Garantir a hegemonia camponesa nos territórios e nas comunidades.
- 12) Buscar e garantir autonomia tecnológica, autonomia na produção e melhoramento de sementes e material genético, bem como das pesquisas e dos conhecimentos científicos necessários ao desenvolvimento dos projetos implementados. Deve ser feito, de modo especial em conjunto com as universidades e com o sistema público de pesquisas.

III - Definimos e propomos como orientação para as bases do MPA:

- Debater sobre a matriz energética, as energias renováveis e os agrocombustíveis com a nossa base, fazendo a crítica contundente do modelo do agronegócio energético e suas contradições e estudando

as possibilidades das organizações camponesas construir na prática projetos alternativos;

- Formular projetos de produção de alimentos saudáveis e energias renováveis, como forma de resistência camponesa e de enfrentamento de classe, confrontando projeto contra projeto;
- Ir consolidando e socializando as experiências em andamento;
- Onde possível e com projetos debatidos e amadurecidos, construir novas experiências;
- Trabalhar o tema inserido na estratégia do MPA e na construção do Plano Camponês.
- Vamos lutar por recursos e políticas do estado brasileiro, organizar pautas de reivindicações e lutas de massa, para garantir e implementar projetos camponeses de produção consorciada de alimentos saudáveis e energias renováveis, bem como propor e lutar por estruturas públicas estratégicas que dêem suporte a um projeto camponês de produção consorciada de alimento e energia.

Direção Nacional do MPA
Brasília, 07 de junho de 2007.